



Saraiva

Saraiva S.A. Livreiros Editores

CNPJ nº 60.500.139/0001-26  
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo Saraiva atua no segmento editorial na Saraiva S.A. Livreiros Editores (Editora ou Companhia) e no segmento varejista na Saraiva e Siciliano S.A. (Varejo ou Companhia). As informações sobre as demonstrações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre e doze meses de 2012 (4T12 e 2012) e as comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações contábeis individuais da Editora foram preparadas de acordo com o BRGAAP.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo Saraiva alcançou grandes avanços em 2012, através da diversificação de suas operações e da geração de valor através de resultados consistentes, que trouxeram um aumento do lucro líquido de 18,6%.

A despeito do forte ambiente competitivo e da conjuntura macroeconômica moderada, houve em 2012 um crescimento de 11,9% da receita líquida no mercado privado na Editora e crescimento no conceito mesmas lojas no varejo de 5,9%, crescimentos estes que, em conjunto com as iniciativas para aumento da rentabilidade da operação varejo, produziram em termos consolidados um aumento do EBITDA em 5,8% e da margem EBITDA em 0,4 ponto percentual.

Na Editora, com a continuidade dos esforços editoriais para desenvolvimento de conteúdo, a venda para o segmento público atingiu R\$ 130,7 milhões relativos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2013) e R\$ 10,8 milhões para o Programa de Compra de Dicionários (PNLD Dicionários). No segmento privado, com as diversas iniciativas para promover, ampliar e aprimorar o catálogo de produtos e serviços, o faturamento atingiu R\$ 328,4 milhões em 2012, com destaque para a linha de Sistemas de Ensino, que faturou R\$ 37,5 milhões.

No Varejo, o êxito da estratégia para obtenção de maior rentabilidade teve reflexos no aumento de 29,3% do EBITDA, que atingiu em 2012 R\$ 100,4 milhões, e de 1,3 ponto percentual na margem EBITDA, além de um lucro líquido de R\$ 25,1 milhões, 224,8% maior que o do ano anterior. Os canais de atuação foram ampliados, com a abertura de três novas lojas e novas categorias foram introduzidas, em especial no varejo eletrônico. Vale ressaltar o importante crescimento de 104,6% em livros digitais, cujo faturamento alcançou R\$ 4,1 milhões em 2012.

O foco em 2012 esteve centrado no desenvolvimento e fortalecimento das principais linhas de negócio, buscando-se aumentar o retorno para o acionista e a geração de valor, mantendo a solidez e a perenidade da Companhia, que já conta com 99 anos de atuação bem sucedida no mercado.

DESTAQUES

**Lucro Líquido** - Em 2012, o lucro líquido atingiu a cifra de R\$ 77,0 milhões, com crescimento de 18,6% ante o mesmo período em 2011. No 4T12, o lucro líquido foi de R\$ 45,8 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 47,2 milhões no mesmo período em 2011, em função da sazonalidade característica das vendas governamentais na Editora (maiores detalhes na seção Editora).

**EBITDA** - Em termos anuais, o EBITDA consolidado alcançou R\$ 182,5 milhões em 2012, um aumento de 5,8% em relação a 2011. No 4T12, o EBITDA foi de R\$ 77,2 milhões, ante um EBITDA de R\$ 84,8 milhões no 4T11, com um recuo de R\$ 7,6 milhões.

**Receita** - No ano de 2012, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 1.923,6 bilhões, 1,8% superior à de 2011. No 4T12, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 615,8 milhões, com uma diminuição de 5,1% em relação ao 4T11.

**Editora** - Na Editora, a receita líquida em 2012 alcançou R\$ 470,3 milhões, com uma diminuição de 6,2% na comparação com 2011. Para o 4T12, a receita obtida foi de R\$ 193,6 milhões, inferior em 22,9% (- R\$ 57,6 milhões).

Vale destacar que as vendas da Editora são influenciadas pelo ciclo de compras de livros didáticos do Governo Federal, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

No ano fiscal de 2012, as novas adoções no PNLD foram destinadas aos alunos do 1º ao 5º ano, com um contrato de R\$ 130,7 milhões, havendo uma redução quando comparado ao contrato do ano fiscal de 2011 (R\$ 205,5 milhões), onde foram adquiridos os livros para o Ensino Médio. Nesses valores incluem-se as vendas de novas adoções bem como as reposições.

Em 2012, no programa de compra de novas adoções de 1º ao 5º ano, a compra total por parte do Governo Federal foi menor em 26,6 milhões de livros quando comparado ao mesmo programa de 2009, ao este também destinado a novas adoções para o 1º ao 5º ano, em boa medida explicado pela revisão do Censo Escolar por parte do MEC.

Além disso, tradicionalmente a Saraiva tem uma menor participação neste ano do ciclo (com market share por volta de 11%) onde, por outro lado, tem obtido historicamente uma participação maior no segmento de Ensino Médio, que em 2011 atingiu 24,6%.

Cabe comentar também que os livros destinados do 1º ao 5º ano possuem um menor número de páginas quando comparados aos livros para o Ensino Médio, o que se traduz em um menor preço médio por livro.

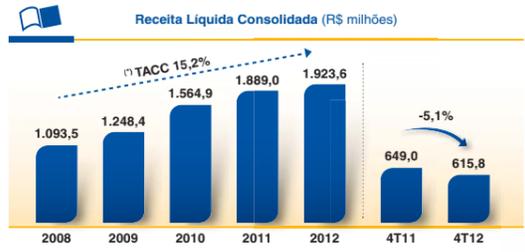
**Varejo** - Em todo o ano de 2012, as receitas alcançaram R\$ 1.508,7 milhões, com crescimento de 4,6% em relação a 2011. Este crescimento resulta da composição de um aumento de vendas de 9,8% nas lojas físicas, com uma redução de 4,5% no canal e-Commerce. No 4T12, o resultado de vendas foi de R\$ 438,2 milhões, contra R\$ 415,9 milhões no 4T11 (+5,3%). Houve crescimento de 5,2% no conceito de mesmas lojas. O canal e-Commerce obteve um crescimento de 1,1%.

É importante frisar que houve em 2012 a implementação de diversas ações focos no aumento da rentabilidade da operação varejista, que contribuíram para o crescimento dos indicadores de rentabilidade (maiores detalhes na seção Varejo), mas, ao mesmo tempo, trouxeram uma redução do volume de vendas no site de comércio eletrônico.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os principais dados do desempenho econômico-financeiro consolidado:

Table with columns: Consolidado (R\$ mil), 4T12, 4T11, Var., 2012, 2011, Var. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, Despesas Operacionais, EBITDA, Margem EBITDA, Resultado Operacional, Lucro Líquido, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Dívida Líquida, and Receita Líquida.



TACC: Taxa Anual de Crescimento Composta

O EBITDA representa o lucro líquido antes de resultado financeiro, contribuição social, imposto de renda, depreciação e amortização. Não é uma medida utilizada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou nos princípios contábeis geralmente aceitos de outros países, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional da Companhia ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e essa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA conforme definido por outras companhias.

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado totalizou R\$ 263,7 milhões no 4T12 e R\$ 840,0 milhões no ano de 2012, um recuo de 6,1% e crescimento de 4,5%, respectivamente. A margem bruta obtida no trimestre foi de 42,8%, 0,5 pontos percentuais abaixo dos 43,3% obtidos no 4T11, em boa medida devido à maior participação do Varejo na receita líquida consolidada do Grupo. A margem bruta acumulada no ano passou de 42,5% em 2011 para 43,7% em 2012 (+1,1 p.p.).

Despesas Operacionais

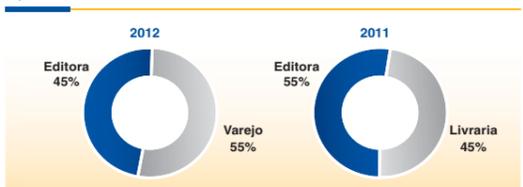


No 4T12, as despesas operacionais somaram R\$ 186,5 milhões, com redução de 4,8% em relação às do mesmo período de 2011 (de R\$ 196,0 milhões). As despesas operacionais do ano de 2012 atingiram R\$ 657,4 milhões, valor 4,2% maior do que os R\$ 630,8 milhões de 2011. A relação entre as despesas operacionais e a receita líquida foi de 30,3% no 4T12 e 34,2% no ano de 2012.

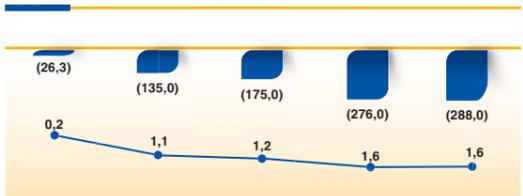
EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 77,2 milhões no 4T12, contra R\$ 84,8 milhões no 4T11. A margem EBITDA passou de 13,1% no 4T11, para 12,5% no 4T12. Em 2012, o EBITDA somou R\$ 182,5 milhões, contra R\$ 172,5 milhões do ano anterior, correspondendo a um aumento de 5,8%. A margem EBITDA do ano atingiu 9,5%, contra 9,1% do ano anterior. O aumento da margem EBITDA está associado às ações tomadas no negócio Varejo visando ao aumento da rentabilidade da operação.

Mix do EBITDA



Estrutura de Capital/Resultado Financeiro



A dívida líquida de R\$ 276,0 milhões ao final de 2011 passou para R\$ 288,0 milhões ao final de 2012. A relação dívida líquida sobre o EBITDA atingiu 1,6 no fim de 2012, o mesmo patamar do final de 2011.

Relata-se que a demonstração da dívida líquida consolidada passou a considerar também como endividamento qualquer antecipação de recebíveis que venha a ser efetuada, uma vez que os custos relativos a estas antecipações fazem parte do resultado financeiro líquido da Empresa.

O resultado financeiro do 4T12 foi uma despesa financeira líquida de R\$ 9,3 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 15,5 milhões do 4T11. No acumulado do ano, passou-se de uma despesa financeira líquida de R\$ 49,9 milhões em 2011 para uma despesa financeira líquida de R\$ 38,1 milhões em 2012.

Mesmo com uma dívida líquida maior ao final de 2012 relativamente ao final de 2011, a despesa financeira líquida do ano foi comparativamente menor, em função das melhores condições do último contrato celebrado com o BNDES e da queda da taxa básica de juros (Selic). Também se resalta que o patamar de endividamento encontra-se em um patamar confortável sob a ótica da Administração.

No que se refere à última linha de financiamento contratada do BNDES no 4T11, no valor total de R\$ 156,3 milhões, R\$ 62,5 milhões foram liberados no 4T11, R\$ 59,7 milhões foram liberados no 1T12 e R\$ 32,4 milhões foram liberados no 4T12.

Lucro Líquido

No 4T12, o Grupo Saraiva apurou um lucro de R\$ 45,8 milhões, contra R\$ 47,2 milhões do obtido no 4T11. O lucro líquido acumulado no ano foi de R\$ 77,0 milhões, um valor 18,6% superior aos R\$ 64,9 milhões obtidos em 2011.

Investimentos

No decorrer do ano, foram investidos R\$ 64,4 milhões, principalmente em projetos de tecnologia da informação, tanto para a Editora quanto para o Varejo.

EDITORIA (SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES)

O quadro a seguir resume os principais dados do desempenho econômico-financeiro da Editora.

Table with columns: Editora (R\$ mil), 4T12, 4T11, Var., 2012, 2011, Var. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, Despesas Operacionais, EBITDA, Margem EBITDA, Resultado Operacional, Lucro Líquido, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Dívida Líquida, and Receita Líquida.

A receita líquida no ano de 2012 atingiu R\$ 470,3 milhões, com redução de 6,2% em relação a 2011.

Para o 4T12, a receita líquida atingiu R\$ 193,6 milhões onde, quando comparado à receita líquida do 4T11 (R\$ 251,2 milhões) produz uma variação negativa de 22,9%.

Para o mercado privado, as vendas líquidas atingiram, no 4T12 e em 2012, os montantes respectivos de R\$ 95,2 milhões e R\$ 328,4 milhões, com crescimentos de 16,4% sobre igual trimestre do ano anterior e 11,9% sobre o ano anterior, fruto do crescimento nas diversas linhas editoriais, assim como pelo forte crescimento do número de alunos no segmento de Sistemas de Ensino, de 46%.

No mercado público, a receita líquida atingiu R\$ 98,4 milhões no 4T12, que se compara aos R\$ 169,4 milhões registrados no 4T11. No ano, o valor foi de R\$ 141,9 milhões, inferior em R\$ 66,6 milhões ao valor obtido em 2011.

Vale destacar que as vendas da Editora são influenciadas pelo ciclo de compras de livros didáticos do Governo Federal, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

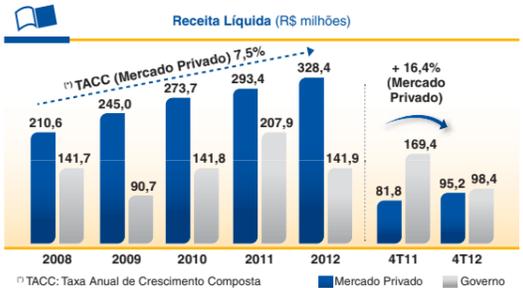
No ano fiscal de 2012, as novas adoções no PNLD foram destinadas aos alunos do 1º ao 5º ano, com um contrato de R\$ 130,7 milhões, havendo uma redução quando comparado ao contrato do ano fiscal de 2011 (R\$ 205,5 milhões), onde foram adquiridos os livros para o Ensino Médio. Nesses valores incluem-se as vendas de novas adoções bem como as reposições.

Em 2012, no programa de compra de novas adoções de 1º ao 5º ano, a compra total por parte do Governo Federal foi menor em 26,6 milhões de livros quando comparado ao mesmo programa de 2009, ao este também destinado a novas adoções para o 1º ao 5º ano, em boa medida explicado pela revisão do Censo Escolar por parte do MEC.

Além disso, tradicionalmente a Saraiva tem uma menor participação neste ano do ciclo (com market share por volta de 11%) onde, por outro lado, tem obtido historicamente uma participação maior no segmento de Ensino Médio, que em 2011 atingiu 24,6%.

Cabe comentar também que os livros destinados do 1º ao 5º ano possuem um menor número de páginas quando comparados aos livros para o Ensino Médio, o que se traduz em um menor preço médio por livro.

Para melhor elucidação, quando analisado o contrato de 2012 com o ano imediatamente comparável (2009), obtém-se como resultado um crescimento de 49% (vendas líquidas em 2009 de R\$ 88,1 milhões), fruto do melhor volume de vendas relativo a reposições. O gráfico a seguir demonstra o desempenho da Editora nos mercados privado e público.

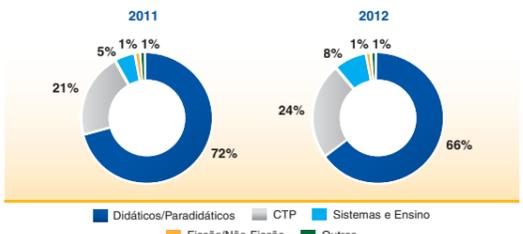


Sistemas de Ensino



A divisão de Sistemas de Ensino, por meio dos selos "Ética" e "Agora", obteve importante evolução, contando hoje com 150 mil alunos inscritos. Quando comparada à base de alunos do mesmo período do ano passado, observa-se um aumento de 46,0%.

O gráfico abaixo ilustra a participação do resultado de vendas por linha editorial.



Lucro Bruto

O lucro bruto no 4T12 totalizou R\$ 120,2 milhões, 18,0% abaixo dos R\$ 146,7 milhões do 4T11. A margem bruta passou de 58,4% no 4T11 para 62,1% no 4T12, representando um aumento de 3,7 pontos percentuais, em função da menor participação das vendas ao mercado público no total da receita, uma vez que estas, devido às suas características típicas de programa de escala, tem rentabilidades tradicionalmente menores do que as do mercado privado.

No ano, o lucro bruto atingiu R\$ 322,2 milhões, 2,7% inferior ao observado em 2011, registrando uma margem bruta de 68,5%, 2,4 pontos percentuais acima da margem registrada em 2011.

Despesas Operacionais

No 4T12, as despesas operacionais somaram R\$ 74,1 milhões, inferior em R\$ 11,6 milhões (-13,5%) às do 4T11. No ano, essas despesas atingiram o montante de R\$ 238,9 milhões, 1,9% superior aos R\$ 234,5 milhões registrados no ano de 2011.

EBITDA

No 4T12, o EBITDA totalizou R\$ 46,1 milhões, contra R\$ 61,0 milhões no 4T11, com queda de 24,4% ou R\$ 14,9 milhões em valor. No ano, atingiu R\$ 83,3 milhões, montante 13,9% menor do que o observado em 2011, que foi de R\$ 96,7 milhões.

Resultado Financeiro e Estrutura de Capital

O resultado financeiro no 4T12 foi uma despesa financeira líquida de R\$ 2,2 milhões, inferior à de R\$ 4,8 milhões apurada no 4T11. No ano, as despesas financeiras líquidas foram de R\$ 6,8 milhões, 42,6% menor do que os R\$ 11,9 milhões registrados em 2011. Em 31 de dezembro de 2012 a dívida líquida era de R\$ 19,7 milhões, que se compara a uma caixa líquida de R\$ 7,3 milhões em dezembro de 2011.

Lucro Líquido

No 4T12, o lucro antes da equivalência patrimonial foi de R\$ 35,8 milhões, contra R\$ 44,2 milhões apurados no 4T11. No ano, o lucro antes da equivalência patrimonial atingiu R\$ 53,1 milhões, contra R\$ 59,0 milhões em 2011.

O lucro líquido totalizou R\$ 77,0 milhões em 2012, 18,6% superior aos R\$ 64,9 milhões obtidos em 2011.

Investimentos

Os investimentos de capital, destinados principalmente a projetos de tecnologia da informação, acumularam R\$ 2,9 milhões e R\$ 9,3 milhões no 4T12 e no ano de 2012, respectivamente.

VAREJO (SARAIVA E SICILIANO S.A.)

O Varejo atua preponderantemente na comercialização de livros, DVDs, CDs, periódicos, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital. Ao fim de 2012, o Varejo contava com 105 lojas próprias, que compõem uma área total de vendas de 57,9 mil m².

A tabela abaixo resume os principais dados do desempenho econômico-financeiro do Varejo.

Table with columns: Varejo (R\$ mil), 4T12, 4T11, Var., 2012, 2011, Var. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, Despesas Operacionais, EBITDA, Margem EBITDA, Resultado Operacional, Lucro Líquido, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Dívida Líquida, and Receita Líquida.

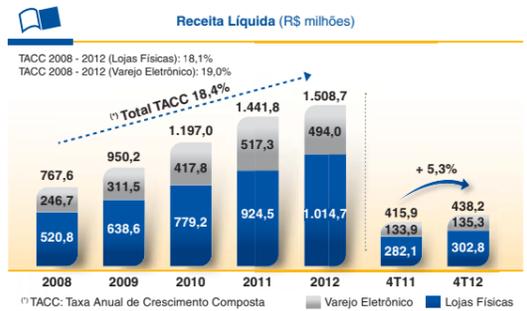
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Receita Líquida**

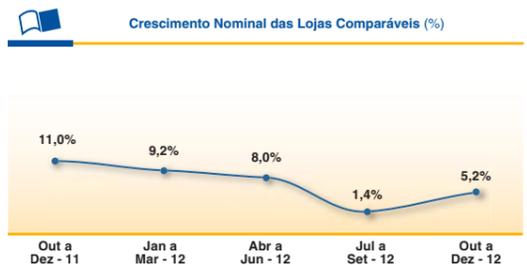
No 4T12, a receita líquida foi de R\$ 438,2 milhões, contra R\$ 415,9 milhões obtidos no mesmo período de 2011 (+5,3%). No ano, a receita líquida atingiu R\$ 1.508,7 milhões, 4,6% acima dos R\$ 1.441,8 milhões registrados em 2011.

Por canal de vendas, verifica-se o crescimento de lojas físicas de 7,4% no 4T12 em relação a igual período do ano anterior, assim como um crescimento do canal de comércio eletrônico de 1,1%, na mesma comparação. Em termos anuais, observa-se um crescimento de 9,8% para as lojas físicas e uma retração de 4,5% para o comércio eletrônico.

Conforme já observado, esse comportamento reflete as iniciativas adotadas para o aumento da rentabilidade da operação varejista, que embora tenham trazido retração no canal de comércio eletrônico, trouxeram também significativa melhoria dos indicadores de rentabilidade.



Nas lojas físicas comparáveis, o índice de crescimento no 4T12 foi de 5,2% e em 2012, de 5,9%. O gráfico a seguir demonstra a evolução trimestral do crescimento de vendas das lojas físicas comparáveis do Varejo.



Dentre as diversas categorias oferecidas pelo Varejo, há sempre a busca pela ampliação do sortimento de produtos e serviços ligados a lazer, cultura e entretenimento. Abaixo, tem-se a composição dos 3 principais grupos de produtos.



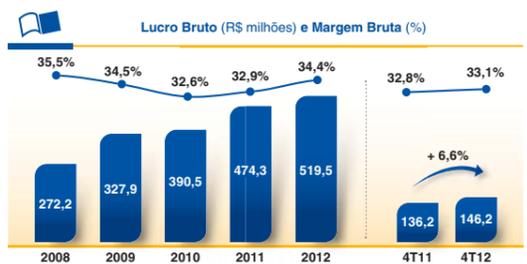
**Lucro Bruto**

No 4T12, o lucro bruto somou R\$ 146,2 milhões, um crescimento de 6,6% frente ao 4T11. A margem bruta apresentou alta de 0,4 ponto percentual e atingiu 33,1% no 4T12, contra 32,8% em igual período do ano anterior.

No ano de 2012, o lucro bruto do Varejo atingiu R\$ 519,5 milhões, 9,5% superior ao de 2011, e a margem bruta foi de 34,4%, 1,5 ponto percentual acima do registrado em 2011.

Estes aumentos de margem e de lucro bruto refletem a alteração da política comercial da operação varejista, iniciada no 4T11.

O gráfico abaixo mostra o desempenho do lucro bruto e da margem bruta do Varejo nos últimos cinco anos, bem como a comparação do 4T12 com igual período do ano anterior.



**Despesas Operacionais**

No 4T12, as despesas incorridas ficaram em R\$ 112,4 milhões, montante 1,9% superior ao do mesmo período de 2011, de R\$ 110,3 milhões.

As despesas operacionais somaram R\$ 419,0 milhões em 2012, contra R\$ 396,6 milhões incorridas em 2011, representando um aumento de 5,7%.

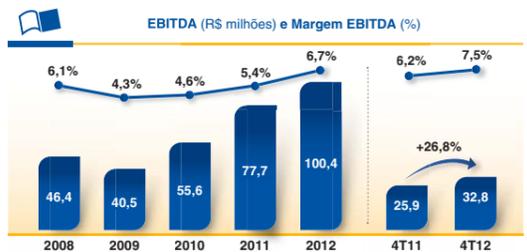


**EBITDA**

O EBITDA do 4T12 atingiu R\$ 32,8 milhões, um aumento de 26,8% em relação ao do mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano o EBITDA totalizou R\$ 100,4 milhões, valor 29,3% superior ao do ano de 2011.

O notável resultado operacional reflete não somente as iniciativas para captura de valor e aumento da rentabilidade executadas com sucesso desde o final de 2011, mas também é fruto das diversas ações implementadas nos últimos anos relacionadas à expansão das operações (entre expansões orgânicas e a aquisição da rede Siciliano, em 2008), diversificação dos canais de atendimento e ampliação dos produtos e serviços ofertados.



**Resultado Financeiro/Estrutura de Capital**

No 4T12, as despesas financeiras líquidas foram de R\$ 7,0 milhões, correspondendo a uma redução de 34,8% em relação aos R\$ 10,7 milhões do 4T11.

No ano de 2012, as despesas financeiras líquidas acumularam R\$ 31,3 milhões, 17,7% menores do que as de igual período do ano anterior.

A dívida financeira líquida reduziu-se de R\$ 283,4 milhões no encerramento de 2011 para R\$ 268,3 milhões no final de 2012.

O atingimento de melhores patamares, tanto da dívida líquida quanto do resultado financeiro líquido, reflete uma melhor geração de caixa proporcionada pelas iniciativas para aumento da rentabilidade da operação varejista.

**Capital de Giro**

A relação capital de giro sobre receita líquida passou de 19,1% em 2011 para 19,4% em 2012. O ciclo operacional do Varejo alcançou 79 dias em 2012, um (1) dia a menos do que o verificado em 2011.

O prazo de recebimento estava em 56 dias, ao final de 2012, contra 57 dias, ao final de 2011.

O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em quatro (4) dias, passando de 89 dias ao final de 2011 para 93 dias ao final de 2012.

O prazo de pagamento a fornecedores aumentou cinco (5) dias, passando de 66 dias, em dezembro de 2011, para 71 dias, em dezembro de 2012.

Foram feitos esforços, em 2012, para otimizar o capital de giro por meio de uma revisão da política comercial para reduzir o prazo médio de recebimento onde estão previstas, para 2013, melhorias adicionais com foco na conta "Estoques".



(1) Estoques + Clientes - Fornecedores (média mensal dos últimos 12 meses)  
(2) Receita Líquida nos últimos 12 meses

**Lucro Líquido**

No 4T12, obteve-se um lucro líquido de R\$ 11,7 milhões, contra R\$ 5,1 milhões obtidos no 4T11. No ano, o lucro do Varejo foi de R\$ 25,1 milhões, 224,8% superior aos R\$ 7,7 milhões obtidos em 2011.

Esse desempenho reflete as medidas adotadas a partir do 4T11 com vistas ao aumento da geração de valor, representando o maior valor da história do segmento varejista em termos de lucratividade. Ressalta-se também que este resultado é fruto das diversas iniciativas relacionadas à expansão das operações, diversificação dos canais e ampliação de produtos e serviços oferecidos implementadas de maneira bem sucedida nos últimos anos.

**Investimentos**

Em 2012, foram investidos R\$ 55,1 milhões (R\$ 20,9 milhões no 4T12), em sua maioria destinados a projetos de Sistemas de Informação, além da abertura de três (3) novas lojas no 4T12 (Riomar Recife, Jundiá e Village Mall no Rio de Janeiro).

**Marketing, Parcerias e Serviços**

O programa de fidelização Saraiva Plus, lançado no segundo semestre de 2005, contava com 7,2 milhões de clientes associados no encerramento de 2012, apresentando um crescimento de 20,5% relativamente a 2011. Esta ferramenta tem tido sucesso na retenção dos clientes antigos e na atração de novos consumidores, com uma sistemática que facilita o acúmulo de pontos e simplifica o resgate.

O cartão de crédito internacional Saraiva, parceria da Saraiva com o Banco do Brasil e com a Visa, contava com 207,1 mil cartões ativos no encerramento de 2012, perfazendo um crescimento de 35,2% com relação a 2011.

**Varejo Eletrônico (Saraiva.com)**

Com as mudanças adotadas na política comercial objetivando elevar a rentabilidade da operação varejista, houve, como contrapartida, uma redução das receitas do comércio eletrônico em relação a 2011.

Entende-se que, por este movimento, que vem produzindo substancial aumento da rentabilidade e geração de caixa, também se tem obtido um ajuste da carteira de vendas, uma vez que quando comparados os períodos de 2012 e 2011, a participação das vendas sem rentabilidade dentro do canal de comércio eletrônico tem se reduzido drasticamente.

Com a finalidade de atender e superar a satisfação do consumidor, tem-se buscado uma constante evolução de toda a experiência on-line, com aumento da variedade de produtos e a oferta de serviços diferenciados, além de uma pronta solução de quaisquer problemas no pós-venda.

Deste modo, entende-se que depois deste período de transição, será presenciado um novo crescimento da operação de modo mais saudável.

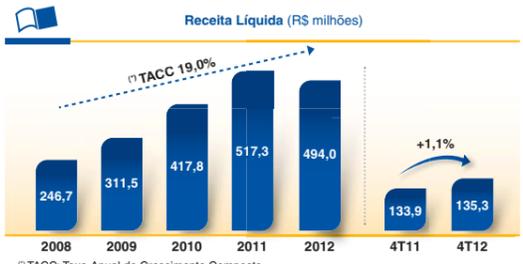
Um destaque positivo que corrobora com as iniciativas para uma experiência de compra satisfatória, mesmo com o queda do faturamento do varejo eletrônico em 2012, são os mais de dois milhões de clientes ativos que compõem a base do comércio eletrônico, com aumento de 16,5% em 2012 sobre 2011.

O crescimento de vendas de produtos de conteúdo tem se mostrado como um importante aspecto da estratégia de fidelização de clientes, uma vez que traz maior recorrência de compra dos clientes ativos, além do próprio aumento da base de ativos mencionada acima.

A tabela abaixo ilustra os dados relativos ao e-Commerce.

Saraiva.com (R\$ mil)	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
Receita Líquida	135.326	133.853	1,1%	494.049	517.336	-4,5%
Clientes Ativos (mil) (1)	2.144	1.841	16,5%	2.144	1.841	16,5%
% da receita líquida da Livraria Saraiva Consolidado	30,9%	32,2%	-1,3 p.p.	32,7%	35,9%	-3,1 p.p.

(1) Clientes Ativos: usuários que fizeram pelo menos uma compra por ano no último ano



(1) TACC: Taxa Anual de Crescimento Composta

**Livros Digitais**

É contínua a busca pela melhoria da experiência de compra e uso dos livros digitais, assim como a disponibilização de um amplo catálogo, que conta atualmente com um acervo de 15.000 títulos em língua portuguesa, além de mais de 250.000 títulos em língua estrangeira.

Em linha com esta estratégia, é notável o crescimento de vendas de livros digitais, onde na comparação anual houve um aumento de 110,7% no número de livros vendidos. Abaixo segue a evolução dos últimos dois anos em termos de venda de livros digitais.



**MERCADO DE CAPITAIS**

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2012 em comparação com o ano de 2011.

Indicadores (1)	2012	2011	Var.
Número de Negócios (1)	47.726	40.091	19,0%
Participação nos Pregões - % (1)	100,0	100,0	-
Quantidade Negociada - mil (1)	18.257	16.334	11,8%
Volume Negociado - R\$ mil (1)	422.792	503.931	-16,1%
Preço da Ação - R\$ (1)	25,95	20,90	24,2%
Total de Ações em Circulação - mil	28.283	28.283	0,0%
Valor de Mercado - R\$ milhões	733,9	591,1	24,2%

Fonte: BM&FBOVESPA  
(1) Referente Ação PN (SLED4)  
(1) Não revisado pelos auditores independentes

As ações preferenciais (SLED4) apresentaram uma valorização de 24,2% nos últimos 12 meses. No mesmo período o Ibovespa apresentou variação positiva de 5,4%. Em 31/12/2012 o valor de mercado da Saraiva era de R\$ 733,9 milhões.



**ESTRUTURA ACIONÁRIA**

O capital social subscrito e realizado da Saraiva é de R\$ 229,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, representado por 28.596.123 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 18.973.810 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria.



**DIVIDENDOS DECLARADOS**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, apresentou a proposta de pagamento de R\$ 26,0 milhões (R\$ 0,91875 por ação) em dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto representa uma *dividend yield* de 3,5% sobre o preço das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012 e foi atribuído aos acionistas inscritos nos registros da Companhia no dia 14 de dezembro de 2012, sendo que, a partir de 17 de dezembro de 2012, as ações passaram a ser negociadas *ex juros*.

**COLABORADORES**

A Companhia finalizou o ano de 2012 com 5.518 colaboradores (5.316 em dezembro de 2011). O Grupo tem investido em programas de qualificação e treinamento, criando oportunidades e valorizando a experiência de compra de seus clientes, especialmente nas operações varejistas, bem como atendendo às necessidades dos educadores, estudantes e profissionais de várias áreas por meio de conteúdos de reconhecida qualidade editorial.

**SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS**

O Grupo Saraiva possui desde 2010 um Comitê de Sustentabilidade para mapear e planejar as possíveis ações do Grupo nessa área. O Comitê tem caráter multidisciplinar e é formado por profissionais de diversas áreas. O Comitê de Sustentabilidade contempla um membro do Conselho de Administração e, a partir de 2013, também um membro externo, contando com reuniões mensais e relatórios periódicos às Presidências da Editora e do Varejo e também aos respectivos Conselhos de Administração.

Em 2011 o Comitê de Sustentabilidade promoveu algumas ações importantes, tais como: (i) a certificação FSC (Forest Stewardship Council - Conselho de Manejo Florestal) da Editora Saraiva; (ii) a participação na Virada Sustentável ocorrida em São Paulo, com a doação de milhares de livros pela Editora Saraiva e a promoção de educação para a sustentabilidade na rede de lojas da Livraria Saraiva; (iii) a promoção do 1º Concurso Saraiva Sustentável, voltado a colaboradores do Grupo Saraiva, sendo que os projetos classificados em 1º e 2º lugares já se encontram em execução; (iv) o preenchimento e envio do Questionário ISE 2011; (v) a produção de papel reciclado a partir de aparas resultantes da destruição de livros obsoletos ou danificados. Com o papel reciclado foram produzidos novos livros e também sacolas de papel, fechando-se, assim, o ciclo do papel.

A partir dos resultados obtidos no Questionário ISE 2011 foram traçadas algumas metas para 2012. Dentre elas, decidiu-se pela constituição de 7 Grupos de Trabalho ("GTs") auxiliares ao Comitê de Sustentabilidade. O objetivo e o resultado obtido, em 2012, por cada GT encontra-se descrito a seguir:

- GT1 (Política de sustentabilidade e aderência a compromissos voluntários): realizou os estudos e análises que levaram à elaboração da Política de Sustentabilidade do Grupo Saraiva, que foi aprovada em 29/06/2012;
- GT2 (Política de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho): realizou os estudos e análises que levaram à elaboração da Política Ambiental e de Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo Saraiva, que foi aprovada em 29/06/2012;
- GT3 (Comunicação com partes interessadas): foi criado com a responsabilidade de rever e garantir a disponibilidade de canais e procedimentos para recebimento de demandas, no âmbito da sustentabilidade, de quaisquer partes interessadas;
- GT4 (Gestão de recursos ambientais): tem por responsabilidade inserir o tema da gestão de recursos ambientais gradativamente na pauta do Grupo, a fim de construir uma cultura organizacional que considera o meio ambiente no qual o Grupo está inserido como um dos valores da empresa;
- GT5 (Compromissos voluntários para com o desenvolvimento sustentável): teve por atribuição analisar os compromissos voluntários que poderiam ser assumidos pelo Grupo e o trabalho resultou em adesões ao Pacto Global (ONU), à Empresa Amiga da Criança (Fundação ABRINQ) e ao Todos pela Educação;
- GT6 (Mecanismos de gestão de relacionamento com fornecedores): esse grupo foi criado visando aplicar modelos de gestão de fornecedores que valorizem o conceito de parceria com este público, tendo sido elaborado um mecanismo para avaliação e monitoramento dos fornecedores críticos da Editora;
- GT7 (Relacionamento com clientes e fornecedores): foi criado com a finalidade de garantir a inserção de práticas de sustentabilidade no relacionamento com clientes do Grupo, tendo o GT realizado pesquisa junto a consumidores do Varejo e também buscado aproximação com empresas (Reclame Aqui) e órgãos públicos (PROCON/SP).

No final do ano de 2012, a partir dos novos resultados do Questionário ISE 2012, foram traçadas novas metas para 2013. Dentre elas, decidiu-se pela desativação temporária dos GTs 1, 2 e 3 acima e pela constituição dos novos GTs 8 e 9. O GT8 será o responsável pela publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo, que se referirá ao exercício 2012 e que será divulgado até o final do primeiro semestre de 2013. Por sua vez, ficará a cargo do GT9 a avaliação e a sistematização dos Riscos e Oportunidades Corporativos do Grupo.

Por fim, vale mencionar que o Grupo Saraiva também canaliza recursos para o Instituto Jorge Saraiva (IJS). O IJS tem por objetivo prestar assistência e promover a inserção social de crianças, adolescentes e idosos de baixa renda e de pessoas portadoras de necessidades especiais, visando assegurar a valorização social, cultural, profissional e econômica dessas pessoas. No momento, o IJS disponibiliza Educação Infantil, ao manter uma creche própria gratuita a cerca de 100 crianças de 2 a 6 anos de idade, que lá permanecem das 7h às 17h.

**PERSPECTIVAS**

Há de modo constante no Grupo Saraiva o direcionamento pela evolução dos produtos e serviços oferecidos, com foco na geração de valor a seus acionistas e à plena satisfação dos seus clientes. O ambiente de negócios em seu setor de atuação vive atualmente um momento de significativas transformações que poderão gerar oportunidades ímpares, mas trazem também desafios e riscos que devem ser analisados e mitigados.

Na Editora, têm sido realizados contínuos esforços para oferecer produtos e serviços de reconhecida qualidade editorial, em que as novas formas de distribuição de conteúdo relacionadas à experiência digital estão cada vez mais presentes.

Há inúmeros exemplos a serem mencionados. O catálogo de livros digitais, que atualmente conta com 1.700 títulos, faz da Saraiva a editora com o maior acervo digital do Brasil. Soluções híbridas, como as reunidas nas coleções didáticas "Jornadas" e "Conecte", permitem oferecer o livro texto com o mesmo conteúdo do livro em formato digital, enriquecendo-o com diversos objetos de aprendizagem.

Há também a oferta de soluções pedagógicas diferenciadas, tendo como exemplo a "Saraiva Acompanha", que contempla uma plataforma de gestão de desempenho e aprendizagem, assim como os "Sistemas de Ensino", que tiveram expressivo crescimento em 2012, de 46,3% e que, contando com cerca de 150 mil alunos, já contribuíram positivamente em termos de resultado operacional (EBITDA).

Sempre buscando a geração de valor e soluções únicas para o cliente, faz-se menção à iniciativa Minha Biblioteca, formada por uma *joint venture* com outras 3 editoras brasileiras focadas em conteúdo CTP (científico, técnico e profissional), visando oferecer conteúdo digital em uma plataforma única, direcionada ao mercado universitário.

Com vistas à próxima compra de livros didáticos pelo Governo Federal (PNLD 2014), foram inscritas 25 coleções em 2012 e em breve aguarda-se a divulgação pelo MEC das coleções aprovadas.

Em linha com as oportunidades presenciadas com a crescente demanda pelo ensino superior, notou-se também o desafio a ser superado pelas instituições de ensino relativas à qualidade da educação oferecida, em última instância medida pelo aprendizado dos estudantes deste segmento. Assim, a Editora Saraiva, em conjunto com a Hoper Educação, desenvolveu uma solução inovadora e sem preced

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Desde outubro de 2012, o SSA tem sido oferecido ao mercado universitário para os cursos de Direito e Administração, sendo composto por uma solução que combina o destacado catálogo da Editora Saraiva para estes cursos com a metodologia desenvolvida pela Hoper Educação, conjugados a uma plataforma digital para a gestão da aplicação destes conteúdos, esperando-se um aprendizado mais efetivo por parte dos alunos.

Sempre atenta a seus mercados de atuação, a Companhia analisa oportunidades de investimento não somente via crescimento orgânico, mas também através de aquisições ou associações estratégicas.

A Livraria, com sua tradição centenária no ramo livreiro, presenciou um forte crescimento nos últimos anos, em que, com o contexto atual de negócios, vivenciou este crescimento com o direcionamento estratégico de oferecer através de uma plataforma de relacionamento multicanal uma ampla gama de produtos e serviços relacionados a lazer, cultura e entretenimento. Com isso, revisitou-se a menção para esta unidade de negócio, sendo a partir de agora indicada como **Varejo**.

Até abril de 2013, estão previstas inaugurações de seis novas lojas:

- Mega Store no Shopping Londrina - PR
- Mega Store no Shopping Plaza Niterói - RJ
- Mega Store no São Bernardo Plaza Shopping - SP
- Mega Store no Shopping Bosque dos Ipês - MS
- iTown no Shopping Shopping - BA
- iTown no Shopping Riomar Recife - PE

Dos projetos de Tecnologia da Informação (TI) em andamento, destacam-se:

- Upgrade do software de comércio eletrônico
- Upgrade do Enterprise Resource Planning (ERP)
- Iniciativas relativas a produtos digitais

O canal de conteúdo digital é chave na estratégia de negócios da operação varejista, por isso têm sido efetuados grandes investimentos nessa área, resultando em uma posição relevante neste mercado no Brasil. Ainda que em estágio inicial de maturação, o expressivo crescimento nos últimos 3 anos é visto promissor, fazendo crer em boas oportunidades futuras para esta nova forma de comercialização e consumo de conteúdo.

Na área logística, a Companhia possui um grande projeto para 2013, que consiste na substituição dos dois centros de distribuição de Barueri, sendo um deles terceirizado

e o outro operado pela Saraiva, com área total de estocagem de 14 mil m<sup>2</sup>, totalmente utilizada, por um novo centro de distribuição operado pela Saraiva, com expansão da capacidade total de armazenagem para 24 mil m<sup>2</sup>.

A primeira fase deste projeto prevê a migração do estoque armazenado no centro de distribuição terceirizado para este novo centro de distribuição, ainda em 2013. Para meados de 2014, está prevista a migração do centro de distribuição remanescente, finalizando o projeto. Há entre os ganhos esperados reduções de custo oriundas da nova operação logística própria e integrada, assim como benefícios relativos a melhorias os processos de armazenagem e distribuição de produtos, com evidentes ganhos de produtividade.

Adicionalmente, em 2013 tem-se prevista a otimização do centro de distribuição de Salvador, atualmente operando com o processo de *cross docking* (recebimento e envio de mercadorias para as lojas), com o início de operação para o varejo eletrônico, trazendo tanto maior velocidade no atendimento ao cliente da região Nordeste quanto reduções de custo de frete, por diminuição do raio médio de atendimento.

A estratégia para o segmento prevê a continuidade de iniciativas que contribuem para a captura de valor e o aumento de rentabilidade da operação varejista. Desta forma, o contraponto a estas ações se faz através de patamares de crescimento de vendas eventualmente inferiores aos registrados até 2011, em especial no varejo eletrônico. Ainda assim, espera-se um crescimento das vendas do varejo eletrônico em 2013. A Administração vê como saudáveis as medidas para geração de valor e aumento da rentabilidade, que propiciarão os alicerces para um novo ciclo de crescimento acelerado no futuro.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

As demonstrações contábeis da Editora, individuais e consolidadas, e do Varejo foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pelo Grupo Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício fiscal de 2012 foi de R\$ 337,4 mil.

Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, informa-se que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a KPMG prestou os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa:

- Consultoria para avaliação de recursos específicos para iniciativas relacionadas à inovação, em julho/2012, com valor total de R\$ 114,9 mil.

**ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO**

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas da Editora, autorizando sua conclusão nesta data.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre essas demonstrações, emitido nesta data.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, autores, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2012, sem o qual não teríamos alcançado os excelentes resultados do ano.

São Paulo, 15 de março de 2013.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVO	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.606	84.624	87.035	101.609	Fornecedores	15	49.499	58.545	299.114	307.762
Contas a receber de clientes	5	114.029	97.414	369.725	375.137	Empréstimos e financiamentos	13	31.450	38.205	148.371	117.872
Estoques	6	150.140	133.292	402.746	390.450	Obrigações sociais e trabalhistas	17	9.849	9.047	24.304	21.172
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.130	8.477	86.966	81.961	Impostos e contribuições a recolher	16	1.867	5.168	7.645	7.729
Outros créditos		11.924	13.405	17.469	20.308	Imposto de renda e contribuição social		2.398	4.254	2.398	4.254
Despesas antecipadas		189	196	430	508	Direitos autorais a pagar		19.821	25.057	19.821	25.768
Total do ativo circulante		<u>340.018</u>	<u>337.408</u>	<u>964.371</u>	<u>969.973</u>	Participação dos administradores	9.b)	6.062	4.620	6.062	4.620
						Dividendos e juros sobre o capital próprio		15.206	12.378	15.206	12.378
						Receita diferida - programa de fidelização	14	-	-	4.775	6.701
						Arrendamento operacional - locação de lojas	25	824	636	11.239	10.367
						Outras obrigações		<u>2.228</u>	<u>3.809</u>	<u>13.547</u>	<u>19.512</u>
						Total do passivo circulante		<u>139.204</u>	<u>161.719</u>	<u>552.482</u>	<u>538.135</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	13	62.575	91.412	226.622	257.864
Empréstimos com partes relacionadas	9.a)	19.693	52.310	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a)	18.378	15.452	19.181	4.533
Depósitos judiciais	18	13.698	15.428	28.113	28.667	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	1.777	8.759	16.106	22.574
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	59.067	35.258	Outras obrigações		-	-	4.609	5.089
Outros créditos		30	30	412	444	Total do passivo não circulante		<u>82.730</u>	<u>115.623</u>	<u>266.518</u>	<u>290.060</u>
		<u>33.421</u>	<u>67.768</u>	<u>87.592</u>	<u>64.369</u>						
Investimentos:						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Em controlada	10	300.900	276.752	-	-	Capital social	19.a)	229.901	203.653	229.901	203.653
Em controlada em conjunto	10	45	95	-	-	Ações em tesouraria	19.b)	(4.923)	(4.923)	(4.923)	(4.923)
Outros		430	430	565	565	Reservas de lucros		271.932	246.726	271.932	246.726
Imobilizado	11	35.760	36.930	126.162	130.235	Ajustes de avaliação patrimonial	19.f)	11.279	11.279	11.279	11.279
Intangível	12	27.244	24.114	156.251	129.260	Dividendos adicionais propostos	19.c)	7.695	9.420	7.695	9.420
Total do ativo não circulante		<u>397.800</u>	<u>406.089</u>	<u>370.570</u>	<u>324.429</u>	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		515.884	466.155	515.884	466.155
						Participação não controladora	19.h)	-	-	57	52
						Total do patrimônio líquido		<u>515.884</u>	<u>466.155</u>	<u>515.941</u>	<u>466.207</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>737.818</u></b>	<b><u>743.497</u></b>	<b><u>1.334.941</u></b>	<b><u>1.294.402</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>737.818</u></b>	<b><u>743.497</u></b>	<b><u>1.334.941</u></b>	<b><u>1.294.402</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Reserva para plano de opção de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da Editora - (BR GAAP)	Participação não controladora	Total patrimônio líquido (IFRS e BR GAAP)
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária							
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>190.978</b>	<b>(1.965)</b>	<b>25.028</b>	<b>187.858</b>	<b>3.440</b>	<b>11.279</b>	<b>7.795</b>	<b>-</b>	<b>424.413</b>	<b>51</b>	<b>424.464</b>
Aumento de capital com reservas - AGE realizada em 25 de abril		12.675	-	-	(12.675)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos - AGE realizada em 25 de abril	19.c)	-	-	-	-	-	-	(7.795)	-	(7.795)	-	(7.795)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	64.920	64.920	-	1	64.921
Plano de opções de compra de ações	19.e)	-	-	-	-	784	-	-	-	784	-	784
Alienação de ações em tesouraria	19.b)	-	685	-	2.210	-	-	-	-	2.895	-	2.895
Aquisição de ações para permanência em tesouraria	19.b)	-	(3.643)	-	-	-	-	-	-	(3.643)	-	(3.643)
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	19.d)	-	-	3.246	-	-	-	(3.246)	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	36.835	-	-	(36.835)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	(15.419)	(15.419)	-	-	(15.419)
Dividendos adicionais propostos - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	9.420	(9.420)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>		<b>203.653</b>	<b>(4.923)</b>	<b>28.274</b>	<b>214.228</b>	<b>4.224</b>	<b>11.279</b>	<b>9.420</b>	<b>-</b>	<b>466.155</b>	<b>52</b>	<b>466.207</b>
Aumento de capital com reservas - AGE realizada em 25 de abril		26.248	-	-	(26.248)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos - AGE realizada em 25 de abril	19.c)	-	-	-	-	-	-	(9.420)	-	(9.420)	-	(9.420)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	77.010	77.010	-	5	77.015
Plano de opções de compra de ações	19.e)	-	-	-	-	429	-	-	-	429	-	429
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	19.d)	-	-	3.851	-	-	-	(3.851)	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	47.174	-	-	(47.174)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	(18.290)	(18.290)	-	-	(18.290)
Dividendos adicionais propostos - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	7.695	(7.695)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		<b>229.901</b>	<b>(4.923)</b>	<b>32.125</b>	<b>235.154</b>	<b>4.653</b>	<b>11.279</b>	<b>7.695</b>	<b>-</b>	<b>515.884</b>	<b>57</b>	<b>515.941</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)**

	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>470.318</b>	<b>501.377</b>	<b>1.923.585</b>	<b>1.888.967</b>
<b>CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS</b>	21	<b>(148.122)</b>	<b>(170.176)</b>	<b>(1.083.686)</b>	<b>(1.085.598)</b>
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>322.196</b>	<b>331.201</b>	<b>839.899</b>	<b>803.369</b>
Vendas	21	(166.411)	(166.050)	(504.287)	(493.301)
Gerais e administrativas	21	(74.548)	(69.015)	(159.292)	(143.441)
Depreciações e amortizações		(6.762)	(5.698)	(38.647)	(32.961)
Equivalência patrimonial	10	23.948	5.908	-	-
Outras despesas operacionais	22	(425)	(543)	(2.706)	(5.034)
Outras receitas operacionais	23	2.476	1.117	8.932	10.960
		<u>(221.722)</u>	<u>(234.281)</u>	<u>(696.000)</u>	<u>(663.777)</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>100.474</b>	<b>96.920</b>	<b>143.899</b>	<b>139.592</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	24	9.064	6.418	6.211	5.365
Despesas financeiras	24	(15.903)	(18.334)	(44.349)	(55.298)
		<u>(6.839)</u>	<u>(11.916)</u>	<u>(38.138)</u>	<u>(49.933)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>93.635</b>	<b>85.004</b>	<b>105.761</b>	<b>89.659</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	8.b)	(13.700)	(18.233)	(14.100)	(18.233)
Diferidos	8.b)	(2.925)	(1.851)	(14.646)	(6.505)
		<u>(16.625)</u>	<u>(20.084)</u>	<u>(28.746)</u>	<u>(24.738)</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>77.010</b>	<b>64.920</b>	<b>77.015</b>	<b>64.921</b>
Atribuível à:					
Participação controladora				77.010	64.920
Participação não controladora	19.h)			5	1
				<u>77.015</u>	<u>64.921</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$</b>					
Básico	26			2,72286	2,29284

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	93.635	85.004	105.761	89.659
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	11 e 12	7.105	5.992	40.677
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	2.225	1.509	4.908
Equivalência patrimonial líquida do ajuste de lucro nos estoques do Varejo - ICPC 09	10	(23.948)	(5.908)	-
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(208)	(87)	330
Esgotamento de ativos operacionais e variações monetárias sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		(3.416)	1.856	2.687
Plano de opções de compra de ações	19.e)	429	784	429
Outras provisões operacionais		6.116	6.003	27.607
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	5	(19.427)	(14.330)	504
Contas a receber de controlada por vendas de mercadorias	5	587	(4.826)	-
Estoques	6	(16.848)	(13.471)	(12.296)
Outros ativos operacionais		(3.709)	(2.054)	(31.535)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	15	(9.046)	23.548	(8.648)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.555)	(18.140)	(15.954)
Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos		(22.872)	(2.149)	(58.249)
Outros passivos operacionais		(4.277)	7.482	(3.260)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(9.209)	71.213	52.961
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(9.122)	(9.567)	(64.211)
Integralização de capital em empresa controlada em conjunto	10	(150)	(250)	-
Recebimento por venda do ativo imobilizado	11 e 12	265	202	286
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(9.007)	(9.615)	(63.925)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Alienação de ações em tesouraria	19.b)	-	2.895	-
Aquisição de ações para permanência em tesouraria	19.b)	-	(3.643)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c)	(24.882)	(19.450)	(24.882)
Financiamentos obtidos - BNDES	13	44.893	53.483	92.109
Empréstimos obtidos para capital de giro	13	-	-	106.464
Empréstimos obtidos em moeda estrangeira	13	-	-	55.000
Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos	9.a)	36.856	(63.936)	-
Empréstimos obtidos com a controlada líquidos dos valores pagos	9.a)	(133)	(461)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos		(68.536)	(4.534)	(177.301)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(11.802)	(35.646)	(3.610)
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(30.018)</b>	<b>25.952</b>	<b>(14.574)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Saldo inicial		84.624	58.672	101.609
Saldo final		54.606	84.624	87.035
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(30.018)</b>	<b>25.952</b>	<b>(14.574)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011** (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	77.010	64.920	77.015	64.921
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>77.010</b>	<b>64.920</b>	<b>77.015</b>	<b>64.921</b>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			77.010	64.920
Acionistas não controladores	19.h)		5	1
			<b>77.015</b>	<b>64.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial, com a comercialização de livros e conteúdo por meio da Saraiva S.A. Livrários Editores ("Editora"), e do segmento de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. ("Varejo").

A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora do Varejo através da participação direta de 99,98% de suas ações ordinárias. A Editora é Empresa controlada pela família "Saraiva".

A Editora, fundada em 1914, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de ensino fundamental e médio, paradiplomáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; e (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Etico Sistema de Ensino ("Etico") destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando 74% das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de "volta às aulas" no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

O Varejo é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, DVDs, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital. A distribuição é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 105 lojas, sendo 50 do tipo "Mega Store", 5 no formato "Town", 19 "Novas Tradicionais" e 31 tradicionais. As atividades com as franquias foram encerradas em novembro de 2011.

Em 23 de maio de 2011, a Editora constituiu, em associação com Artem Editora S.A., Atlas S.A. e GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S.A., a sociedade Minha Biblioteca Ltda. ("Minha Biblioteca"). A participação da Editora é de 25%, e o controle dessa sociedade é compartilhado entre os empreendedores em conformidade com o Acordo de Sócios.

A Minha Biblioteca é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais ("e-books") e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis compreendem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações contábeis individuais da Editora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações contábeis individuais da Editora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP, que diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). De acordo com o BRGAAP, a avaliação deve ser feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS é exigida a avaliação pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado apresentados nas demonstrações contábeis individuais da Editora. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da Editora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2013 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2012.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

**2.4. Principais fontes de julgamento e estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5
- Provisão para perdas com estoques - nota explicativa nº 6
- Impostos diferidos - nota explicativa nº 8
- Redução dos valores de recuperação dos ativos - nota explicativa nº 11
- Redução ao valor de recuperação do ágio - nota explicativa nº 12
- Programa de fidelização de clientes do Varejo - nota explicativa nº 14
- Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas - nota explicativa nº 18
- Valor justo dos instrumentos financeiros - nota explicativa nº 27

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Editora, Varejo e Minha Biblioteca e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação e investimentos em controlada e controlada em conjunto  
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, do Varejo, empresa controlada, e da Minha Biblioteca, empresa controlada em conjunto, encerradas na mesma data-base. A Editora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo para auferir benefícios de suas atividades.  
As demonstrações contábeis individuais da Editora, as informações contábeis do Varejo e da Minha Biblioteca são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

**Controlada em conjunto ("joint venture")**

Controlada em conjunto ("joint venture") é um acordo contratual através do qual o exercício de uma atividade econômica está sujeito a um controle compartilhado, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

As demonstrações contábeis relacionadas à Minha Biblioteca são reconhecidas por consolidação proporcional de acordo com a participação societária, combinando a participação em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas com itens similares, linha a linha, nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo e a Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Editora e as empresas controlada e controlada em conjunto, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Editora nas empresas investidas. Entretanto, os Prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receitas operacionais  
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

c) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

**d) Instrumentos financeiros**

**Ativos financeiros não derivativos**

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

A baixa de um ativo financeiro é realizada quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Editora e sua controlada e controlada em conjunto gerenciarem tais investimentos e tomarem decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Editora e sua controlada e controlada em conjunto. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**(ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são baixados quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. São consideradas nessa categoria as operações de "swap" para os empréstimos em moeda estrangeira.

e) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa  
Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**f) Estoques**

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso do Varejo é constituída provisão para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

**g) Investimentos**

Os investimentos em controlada e controlada em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

**h) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Editora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois o menor (nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**i) Intangível**

**Adquiridos separadamente:**

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada. Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguel dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

**Gerados internamente:**

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. O custo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de *software*, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

**Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**Ágio**

Atualmente o ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, avaliado pelo custo de recuperação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não foram realizadas novas aquisições que resultassem na aplicação da combinação de negócios.

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

**j) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

**Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições não admitidas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado é considerada tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A avaliação de perda de valor recuperável de forma coletiva é baseada nas tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**Ativos não financeiros - ágio**

A redução ao valor de recuperação é determinada pela diferença entre o valor contábil e o valor de recuperação, definido como sendo o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") para as quais o ágio foi alocado. O valor em uso de cada UGC é calculado pela estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados por taxa de desconto considerada adequada pela Administração. A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil do ágio é realizada através da sua alocação às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo as operações do Ético e as lojas adquiridas da Siciliano S.A. ("Siciliano"). Para os casos em que o valor de recuperação é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável, reduzindo primeiramente o valor do ágio e, subsequentemente, o valor dos demais ativos da UGC. A perda é reconhecida no resultado e não será revertida em períodos subsequentes.

O valor recuperável do ágio é testado anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**Ativos não financeiros - demais ativos**

Os bens do imobilizado, do intangível com vida útil definida e, quando aplicável, de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas do valor recuperável, sempre que eventos ou alterações significativas em circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar superior ao seu valor de recuperação. Somente para os ativos com indicação de perda de valor recuperável verificada através dos indicadores de desempenho operacional e financeiro definidos pela Administração será realizado o teste de redução ao valor recuperável. Os demais ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinida são testados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda.

A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos imobilizado e intangível é realizada através da sua alocação às UGCs, que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo a operação da Editora, as lojas e o comércio eletrônico Saraiva.com do Varejo. Para os casos em que o valor recuperável da UGC é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. A perda é reconhecida no resultado do período em que foi identificada.

**k) Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de "swap", registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

**l) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos**

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

**m) Direitos autorais**

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

**n) Provisões**

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando a perda é julgada provável e pelo seu montante estimado de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

**o) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

**• Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

**• Arrendamentos financeiros**

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

**p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

**• Correntes**

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

**• Diferidos**

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo e sobre diferenças temporárias da Editora e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

**Reclassificações**

Para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2011 no ativo não circulante no montante de R\$ 1.897 na Editora e R\$ 43.044 no consolidado foram reclassificados para imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

**q) Receita diferida - programa de fidelização de clientes**

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

**r) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**s) Remuneração baseada em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 19.e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. No encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas, e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado dos exercícios, refletindo as estimativas revisadas.

**t) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos".

**u) Apresentação do lucro líquido por ação**

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

**v) Receitas financeiras e despesas financeiras**

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

**w) Informação por segmento**

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação.

**x) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")**

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação complementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**y) Novas normas e alterações e interpretações de normas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes estão mencionadas abaixo. A Editora e as empresas controlada e controlada em conjunto não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)**

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidas as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

**IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Contábeis Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades)**

O IFRS 10/CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. Em decorrência disso, a Editora talvez mude a sua conclusão de consolidação em relação a empresa controlada em conjunto, que pode gerar mudanças na forma atual de contabilização (veja nota explicativa nº 10).

De acordo com o IFRS 11/CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, consequentemente, da contabilização subsequente. A participação em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado somente por equivalência patrimonial e não mais será consolidado (veja nota explicativa nº 10).

O IFRS 12/CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Editora está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação na sua controlada e controlada em conjunto em comparação com as divulgações existentes. O IFRS 12/CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**z) Determinação do valor justo**

Os valores justos são aplicados para ativos e passivos financeiros e não-financeiros para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos - conta movimento	726	1.079	12.317	14.352
Aplicações financeiras (*)	53.880	83.545	74.718	87.257
	54.606	84.624	87.035	101.609

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam entre 75% a 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Duplicatas a receber	99.617	81.858	102.543	87.936
Duplicatas a receber - Varejo	12.625	13.227	-	-
Cartões de crédito	16	89	267.460	285.857
Cheques a receber	4.881	4.736	5.068	4.940
	117.139	99.910	375.071	378.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.110)	(2.496)	(5.346)	(3.596)
	114.029	97.414	369.725	375.137

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora ("duplicatas a receber") é de 72 dias e do Varejo é de 56 dias.

Nenhum cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

**a) Saldos por vencimento**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
A vencer	110.553	92.062	368.204	368.639
Vencidos:				
Até 60 dias	4.164	2.791	4.387	3.315
De 61 a 90 dias	450	847	478	918
De 91 a 180 dias	908	571	938	649
Acima de 180 dias	1.064	3.639	1.064	5.212
	117.139	99.910	375.071	378.733

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

**b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do exercício	(2.496)	(3.432)	(3.596)	(6.915)
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis	1.918	2.724	2.843	5.972
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.311)	(1.918)	(4.225)	(2.843)
Reversão de provisão de exercício anterior	578	708	753	943
Provisão do exercício	(799)	(578)	(1.121)	(753)
Saldo no fim do exercício	(3.110)	(2.496)	(5.346)	(3.596)

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.311)	(1.918)	(4.225)	(2.843)
Provisão do período líquida da reversão de provisão de exercício anterior	(221)	130	(1.015)	190
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	307	279	332	302
	(2.225)	(1.509)	(4.908)	(2.351)

**6. ESTOQUES**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Mercadorias para revenda	653	692	258.956	263.305
Produtos acabados	80.697	69.506	80.697	69.506
Produtos em elaboração	58.819	50.827	58.819	50.827
Matérias-primas	8.811	11.358	8.811	11.358
Materiais de embalagem e consumo	1.160	909	4.087	3.110
	150.140	133.292	411.370	398.106

Lucro não realizado nos estoques (venda da Editora para o Varejo)

	-	-	(6.624)	(7.656)
	150.140	133.292	402.746	390.450

**Provisão para perdas com estoques**

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso do Varejo, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas. No caso da Editora, o valor correspondente ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado é reconhecido diretamente ao resultado.

O item mercadoria para revenda do Varejo, está líquido de provisão para obsolescência no montante de R\$ 2.057 (R\$ 323 em 31 de dezembro de 2011).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	148.122	170.128	1.078.298	1.080.231
Despesas operacionais	8.779	6.855	9.426	8.441
	156.901	176.983	1.087.724	1.088.672

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.181	7.078	51.733	47.403
Programa de Integração Social - PIS	768	742	11.091	10.150
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	2.941	3.052
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.171	635	2.110	1.837
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	310	172
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	-	12	77.770	54.526
Outros	10	10	78	79
	9.130	8.477	146.033	117.219
Ativo circulante	9.130	8.477	86.966	81.961
Ativo não circulante	-	-	59.067	35.258
	9.130	8.477	146.033	117.219

(\*) Inclui o ICMS retido por substituição tributária no Estado de São Paulo, objeto de ressarcimento, no montante de R\$ 54.794 (R\$ 46.892 em 31 de dezembro de 2011).

A partir de 2008, o regime de substituição tributária de ICMS vigente no Estado de São Paulo passou a enquadrar grande parte dos produtos comercializados por diversas empresas do segmento de varejo, exigindo a adoção de procedimentos específicos para a adequada manutenção de registros fiscais necessários à recuperação de créditos gerados em operações realizadas para fora do território paulista.

Parte dos produtos comercializados pelo Varejo está sujeita ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes, sendo os produtos enquadrados como segue:

- Produtos de áudio e vídeo - a partir de abril de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a "games" - a partir de setembro de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a consoles - a partir de maio de 2009.
- Produtos de papelaria e brinquedos - a partir de maio de 2009.
- Produtos de informática, telefonia e eletroeletrônicos - a partir de junho de 2009.

Por esse regime, o ICMS devido nas operações de venda do Varejo é pago antecipadamente na aquisição das mercadorias e registrado como custo do estoque no pressuposto de que as vendas a não contribuintes do ICMS ocorrerão no Estado de São Paulo. Nas operações de transferência dessas mercadorias dos Centros de Distribuição, localizados em São Paulo, para as lojas estabelecidas em outros Estados da Federação, o ICMS pago antecipadamente transforma-se em crédito de imposto a ser ressarcido com o Estado de São Paulo, nos termos previstos na legislação estadual.

O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativas legais previstos no Regulamento do ICMS-SP Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que exige, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos formatos exigidos.

A apuração dos créditos requer, ainda, um minucioso trabalho de certificação dos dados históricos obtidos atualmente com os mesmos dados apresentados em outras obrigações fiscais transmitidas à

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	26.011	26.198
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	560	550	5.297	5.113
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	2	4	7.263	7.986
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.623	2.278
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	699	110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	272	196	338	212
Outras provisões	586	1.147	738	1.147
	1.420	1.897	41.969	43.044
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	9.220	7.956	22.220	19.240
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	4.765	3.580	26.388	19.814
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Perda não realizada em operação de "swap"	-	-	6.729	2.710
Outros	3	3	3	3
	19.798	17.349	61.150	47.577
	18.378	15.452	19.181	4.533

(\*) A Editora e o Varejo, com base na opinião de seus advogados externos, consideram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas; em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

Data de encerramento do exercício	Realização do ativo fiscal diferido do Varejo	
	31/12/12	31/12/11
31 de dezembro de 2013	15.595	-
31 de dezembro de 2014	8.876	-
31 de dezembro de 2015	11.527	-
31 de dezembro de 2016	4.551	-
	40.549	-

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	93.635	85.004	105.761	89.659
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(31.835)	(28.901)	(35.959)	(30.484)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(755)	(1.262)	(254)	(1.586)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	8.142	2.009	-	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.835	8.296	8.835	8.296
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	-	(328)	(568)
Outros itens	(1.012)	(226)	(1.040)	(396)
	(16.625)	(20.084)	(28.746)	(24.738)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(13.700)	(18.233)	(14.100)	(18.233)
Diferidos	(2.925)	(1.851)	(14.646)	(6.505)
	(16.625)	(20.084)	(28.746)	(24.738)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	17,76%	23,63%	27,18%	27,59%

c) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09) A Editora e o Varejo optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL e da contribuição para o PIS e a COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07, foram registrados nas demonstrações contábeis da Editora e do Varejo, quando aplicável, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributo sobre o Lucro (IAS 12). A Editora e o Varejo manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

**9. PARTES RELACIONADAS**

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Varejo - empresa controlada.
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas.

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para o Varejo são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber ocorre com a transferência de recursos financeiros do Varejo para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

Os empréstimos obtidos com e/ou concedidos para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 101% da variação do CDI.

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Saldos no início do exercício	52.310	16.550
Empréstimos concedidos líquidos dos recebimentos	(36.856)	63.936
Transferência - aumento de capital	-	(30.000)
Receitas financeiras	4.239	1.824
Saldos no fim do exercício	19.693	52.310

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Saldos no início do exercício	-	-
Empréstimos obtidos	19.497	38.943
Pagamentos efetuados	(19.630)	(39.404)
Despesas financeiras	133	461
Saldos no fim do exercício	-	-

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	31/12/12	31/12/11
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 5	12.625	13.227
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	19.693	52.310
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 15	20	5
	31/12/12	31/12/11

Transações:

	31/12/12	31/12/11
Vendas de produtos	52.589	50.033
Compras de mercadorias	877	454
Receitas financeiras	4.239	1.824
Despesas financeiras	335	461

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram realizadas doações no montante de R\$ 600 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2011).

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

A remuneração dos diretores e membros do Conselho de Administração é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Remuneração				
Pró-labore do Conselho de administração	1.279	1.887	2.486	2.887
Pró-labore da Diretoria	5.219	4.281	9.777	8.684
Subtotal	6.498	6.168	12.263	11.571
Participação nos lucros	6.062	4.620	6.062	4.620
Remuneração baseada em ações	429	784	429	784
	12.989	11.572	18.754	16.975

A Editora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Editora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% sobre o lucro.

**10. INVESTIMENTOS**

A participação na controlada e controlada em conjunto e suas principais informações são como segue:

	31/12/12			31/12/11		
	Varejo	Minha Biblioteca	Total	Varejo	Minha Biblioteca	Total
Quantidade de ações do capital social - milhares (*)	216.490	400	216.490	250	-	250
Quantidade de ações possuídas - milhares	216.450	400	216.450	250	-	250
Participação no capital social	99,98%	100,00%	99,98%	100,00%	-	100,00%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	62,14%	0,01%	70,59%	0,02%	-	0,02%
Capital social atualizado	326.317	400	326.317	250	-	250
Patrimônio líquido	309.581	45	309.626	284.461	95	284.556
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(8.624)	-	(8.624)	(7.656)	-	(7.656)
Base de cálculo do investimento	300.957	45	301.002	276.805	95	276.900
Valor total do investimento	300.900	45	300.945	276.752	95	276.847

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro líquido do Varejo	25.120	7.734
Prejuízo da Minha Biblioteca	(200)	(155)
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	(968)	(1.669)
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	23.952	5.910
Equivalência patrimonial	23.948	5.908

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do exercício	276.847	240.689
Aumento de capital no Varejo com recurso de empréstimo de mútuo	-	30.000
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	150	250
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(968)	(1.669)
Participação no resultado do Varejo	25.116	7.732
Participação no resultado da Minha Biblioteca	(200)	(155)
Saldo no fim do exercício	300.945	276.847

As principais informações do Varejo e da Minha Biblioteca são como segue:

	Varejo		Minha Biblioteca	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo total	938.960	911.765	70	104
Passivo circulante e não circulante	629.379	627.304	25	9
Patrimônio líquido	309.581	284.461	45	95
Receitas líquidas	1.508.716	1.441.821	77	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	25.120	7.734	(200)	(155)

Em 5 de julho de 2012 a Editora integralizou o aumento de capital da Minha Biblioteca no montante de R\$ 150, equivalentes a sua participação de 25% na "joint venture".

**11. IMOBILIZADO**

	Editora - BR GAAP					
	31/12/12		31/12/11		31/12/11	
	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	-	18.527	-	18.527
Edifícios e construções	4	8.006	(4.607)	3.399	7.987	(4.290)
Máquinas e equipamentos	10	1.884	(1.707)	177	1.881	(1.637)
Móveis, utensílios e instalações	10	8.059	(5.719)	2.340	7.815	(5.371)
Benefeitorias em imóveis de terceiros	(*)	11.613	(8.547)	3.066	11.341	(7.614)
Veículos	20	8.927	(5.644)	3.283	8.628	(4.807)
Equipamentos de informática	20	16.422	(12.450)	3.972	14.664	(11.146)
Imobilizado arrendado	20	828	(101)	727	828	-
Imobilizado em andamento	-	269	-	269	124	-
		74.535	(38.775)	35.760	71.795	(34.865)

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Consolidado - IFRS e BR GAAP					
	31/12/12		31/12/11		31/12/11	
	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Valor líquido
Terrenos	-	18.530	-	18.530	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.447	(5.572)	3.875	9.428	(5.199)
Máquinas e equipamentos	10	2.871	(2.586)	285	2.872	(2.491)
Móveis, utensílios e instalações	10	74.001	(39.763)	34.238	69.143	(34.886)
Benefeitorias em imóveis de terceiros	(*)	155.693	(110.569)	45.124	141.134	(91.904)
Veículos	20	10.353	(6.246)	4.107	9.537	(5.226)
Equipamentos de informática	20	50.978	(36.760)	14.218	46.995	(32.381)
Imobilizado arrendado	20	2.857	(202)	2.655	2.857	-
Imobilizado em andamento	-	3.130	-	3.130	1.826	-
		327.860	(201.698)	126.162	302.322	(172.087)

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP							
	31/12/12		31/12/11		31/12/11		31/12/12	
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas
Custo:								
Terrenos	18.527	-	-	18.527	-	-	18.527	-
Edifícios e construções	7.361	626	-	7.987	19	-	8.006	-
Máquinas e equipamentos	1.913	39	(71)	1.881	10	(7)	1.884	-
Móveis, utensílios e instalações	7.238	528	(11)	7.815	283	(39)	8.059	-
Benefeitorias em imóveis de terceiros	11.025	316	-	11.341	272	-	11.613	-
Veículos	6.753	2.174	(299)	8.628	1.003	(704)	8.927	-
Equipamentos de informática	13.542	1.690	(568)	14.664	1.863	(105)	16.422	-
Imobilizado arrendado	-	828	-	828	-	-	828	-
Imobilizado em andamento	126	58	(60)	124	147	(2)	269	-
Total do custo	66.485	6.259	(949)	71.795	3.597	(857)	74.535	-
Depreciação acumulada:								
Edifícios e construções	(3.996)	(294)	-	(4.290)	(317)	-	(4.607)	-
Máquinas e equipamentos	(1.631)	(76)	70					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado - IFRS e BR GAAP								
	31/12/10	Adições	Baixas	Transfe- rências	31/12/11	Adições	Baixas	Transfe- rências	31/12/12
Custo:									
Ágio	98.771	-	-	-	98.771	-	-	-	98.771
Cessão comercial	25.732	-	(458)	7.424	32.698	-	(350)	815	33.163
Cessão de direitos	2.932	460	-	-	3.392	57	-	99	3.548
Software	32.404	3.322	-	10.328	46.054	5.195	-	29.839	81.088
Marcas e patentes	323	-	-	-	323	-	-	-	323
Outros intangíveis	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	1.722
Intangível arrendado	1.139	76	-	-	1.215	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	13.329	25.534	-	(17.853)	21.010	30.433	-	(30.753)	20.690
Total do custo	176.352	29.392	(458)	(101)	205.185	35.685	(350)	-	240.520
Amortização acumulada:									
Ágio	(21.504)	-	-	-	(21.504)	-	-	-	(21.504)
Cessão comercial	(22.812)	(985)	263	-	(23.534)	(2.176)	350	-	(25.360)
Cessão de direitos	(1.992)	(179)	-	-	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)
Software	(24.401)	(2.949)	-	-	(27.350)	(5.656)	-	5	(33.001)
Marcas e patentes	(65)	(1)	-	-	(66)	(1)	-	-	(67)
Outros intangíveis	(690)	(344)	-	-	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)
Intangível arrendado	-	(266)	-	-	(266)	(231)	-	-	(497)
Total da amortização	(71.464)	(4.724)	263	-	(75.925)	(8.694)	350	-	(84.269)
Valor líquido	104.888	24.668	(195)	(101)	129.260	26.991	-	-	156.251

Os testes de recuperação são realizados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda para o ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 3. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

**Ativos cedidos em garantia**

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$ 718 (R\$ 949 em 31 de dezembro de 2011).

**Ágio**

Ágio na aquisição de empresa:

	Data de aquisição	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Formato	04/08/03	70	70	
Ético	07/12/07	14.526	14.526	
		<u>14.596</u>	<u>14.596</u>	

Ágio na aquisição de empresa:

	Data de aquisição	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Formato	04/08/03	70	70	
Ético	07/12/07	14.526	14.526	
Siciliano	06/03/08	62.671	62.671	
		<u>77.267</u>	<u>77.267</u>	

Os testes de recuperação são realizados anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes UGCs: lojas adquiridas da Siciliano e operações do Ético.

**Siciliano**

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 14,2% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2013 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

**Ético**

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 12,5% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2013 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes do Ético.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no plano de negócios do Ético, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico do Ético, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria a valor contábil total a exceder o valor recuperável total das UGCs. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram baixas do ágio ao resultado.

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Em moeda nacional:						
BNDES	93.365	128.760	165.257	237.041		
Empréstimos para capital de giro	-	-	158.298	74.784		
Custos de captação a amortizar	-	-	(1.750)	-		
Arrendamento financeiro	660	857	3.234	4.219		
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>325.039</u>	<u>316.044</u>		
Em moeda estrangeira:						
Empréstimos para capital de giro	-	-	62.422	66.740		
Valor justo - operação "swap"	-	-	(12.468)	(7.048)		
	-	-	49.954	59.692		
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>374.993</u>	<u>375.736</u>		
Passivo circulante	31.450	38.205	148.371	117.872		
Passivo não circulante	62.575	91.412	226.622	257.864		
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>374.993</u>	<u>375.736</u>		

**Resumo das características dos empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos	Finalidade	Garantias	Vencimento	Encargos
------------------------------	------------	-----------	------------	----------

Editora:				
BNDES - PROCULT	Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	Não há	Setembro/2016	2,76% a.a. + TJLP (a)
SG Equipment Finance S.A.	Aquisição de software e hardware	Bem arrendado e nota promissória	Junho/2015	Variação do CDI
Varejo:				
BNDES - FINAME	Expansão e reforma da rede de lojas/equipamentos e capital de giro	Aval da Editora	Outubro/2016	2,63% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Aval da Editora	Janeiro/2013	14,82 % a.a.
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Aval da Editora	Março/2013	14,95 % a.a.
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	Sem aval	Fevereiro/2013	14,97 % a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	Aval da Editora e recebíveis	Agosto/2015	15,09 % a.a.
Banco IBM S.A.	Aquisição de software	Bem arrendado	Fevereiro/2017	Variação do CDI + 0,70% a.a.

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de 5,5% (6% em 31 de dezembro de 2011).

**Financiamentos com o BNDES**

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

	Editora	Varejo	Consolidado
Valores contratados em 2009	71.940	69.696	141.636
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Atualização monetária	704	736	1.440
Liberações	(159.632)	(138.005)	(297.637)
Saldos a liberar	-	1.820	1.820

**b) Liberações**

	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Contratos celebrados em 2009	-	11.389	-	12.199		
Contratos celebrados em 2011	44.893	42.094	92.108	62.451		
	<u>44.893</u>	<u>53.483</u>	<u>92.108</u>	<u>74.650</u>		

Em 27 de agosto de 2012, a Editora e o Varejo liquidaram antecipadamente os contratos celebrados em 2009 com o BNDES, pelos montantes de R\$ 53.756 e R\$ 53.129, respectivamente. A medida reduzirá as despesas financeiras às taxas praticadas por bancos comerciais, mais competitivas no atual cenário econômico.

Clausulas contratuais restritivas ("covenants") para a Editora e para o Varejo

a) Contratos celebrados pela Editora e Varejo em 2011

A Editora e o Varejo deverão apresentar anualmente e durante a vigência dos contratos, suas demonstrações contábeis anuais auditadas. A Editora, por sua vez, deverá manter os seguintes índices financeiros, relativos às suas demonstrações contábeis consolidadas:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Na hipótese de a Editora não atingir os níveis estabelecidos para os referidos índices financeiros, a Editora deverá constituir no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.

b) Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2012

Os índices financeiros apresentados pela Editora nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2012 foram os seguintes:

	Contratos 2011	
	Exigido	Apurado
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,75
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,61

**Empréstimos para capital de giro**

O Varejo possuía em 31 de dezembro de 2012 empréstimos no valor de R\$ 206.502 (R\$ 134.476 em 31 de dezembro de 2011) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas. Os encargos financeiros incidentes são calculados com base na variação do CDI, taxas prefixadas e variação cambial.

Em agosto de 2012, o Varejo contraiu empréstimo através de CCB - Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 108.500. Os encargos financeiros incidentes correspondem à variação do CDI, acrescidos de sobretaxa eletiva de 0,7% ao ano.

Os empréstimos contraídos em moeda estrangeira com os Bancos Itaú e Santander (Resolução nº 4.131/62) estão sujeitos a juros e variação cambial pelo dólar norte-americano. Para esses empréstimos foram contratadas operações de "swap", trocando a variação cambial por variação do CDI para o empréstimo contratado com o Banco Itaú e taxa prefixada para o empréstimo contratado com o Banco Santander.

**Despesas financeiras**

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Financiamentos - BNDES	10.862	11.911	20.409	23.895		
Empréstimos para capital de giro	-	-	23.897	24.364		
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados a operação de "swap"	-	-	(8.823)	(7.971)		
Arrendamento financeiro	60	29	465	346		
	<u>10.922</u>	<u>11.940</u>	<u>35.948</u>	<u>40.634</u>		

**14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO**

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$ 15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, avançada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Em 31 de dezembro de 2012, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$ 4.775 (R\$ 6.701 em 31 de dezembro de 2011).

**15. FORNECEDORES**

	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Fornecedor - nacional	49.479	52.438	297.158	299.304		
Fornecedor - exterior	-	6.102	1.956	8.458		
Fornecedor - Varejo	20	5	-	-		
	<u>49.499</u>	<u>58.545</u>	<u>299.114</u>	<u>307.762</u>		

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Editora - BR GAAP	31/12/12	31/12/11	Consolidado - IFRS e BR GAAP	31/12/12	31/12/11
Parcelamentos ordinários de tributos	-	454	-	454		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.647	4.618	2.547	5.492		
Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	48	38	437	369		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	3.753	-		
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	253	871		
Outros	172	58	655	543		
	<u>1.867</u>	<u>5.168</u>	<u>7.645</u>	<u>7.729</u>		
Passivo circulante	<u>1.867</u>	<u>5.168</u>	<u>7.645</u>	<u>7.729</u>		

(a) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(b) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(c) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(d) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(e) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(f) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

(g) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos dé

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**Obrigações previdenciárias - INSS**

Representadas por autos de infração contra a Editora e o Varejo por falta de recolhimento sobre participação nos lucros dos colaboradores, participação nos lucros dos administradores, artigo 10 da Lei nº 6.404/76, e descumprimento de obrigações acessórias no montante de R\$ 3.004 (R\$ 2.031 da Editora e R\$ 973 do Varejo).

**IRPJ, CSLL, PIS e COFINS**

Representadas substancialmente por processos administrativos da Editora e do Varejo de compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 29.357 (R\$ 23.813 da Editora e R\$ 5.544 do Varejo). Alguns processos estão garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$ 8.817 (R\$ 6.377 da Editora e R\$ 2.440 do Varejo).

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026073-0, impetrada pela Editora, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. O processo transitou em julgado com a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Banco do Brasil realizou essa transferência com a respectiva taxa Selic, em janeiro de 2010, porém após Embargos de Terceiro nº 2010.61.00.002790-5 para discutir essa atualização. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$ 30.130.

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026071-7, impetrada pelo Varejo, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo, 2ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. A ação ainda não teve trânsito em julgado, e atualmente é aguardada a finalização do julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, da apelação da interposta pela União Federal contra a sentença de procedência de 1ª instância judicial. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Juízo determinou essa transferência, porém sem a atualização pela taxa Selic, o que foi realizado em dezembro de 2009. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$ 12.439.

**ICMS**

Auto de Infração nº 3.119.153-8, que tramitou perante a Delegacia Tributária de Julgamento do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Unidade Guarulhos, 1ª Instância, distribuído em 24 de agosto de 2009, no montante de R\$ 1.278, tendo como autora a Secretaria da Fazenda contra a Editora, com o objeto de exigência de recolhimento de ICMS relativo aos exercícios de 2006 e 2007, em decorrência das diferenças apuradas entre as operações de remessas e retornos de mercadorias a título de industrialização efetuada por terceiros, fundamentado no artigo 509 do Regulamento do ICMS - RICMS/00. O ICMS exigido refere-se ao suposto desvio de finalidade de operações amparada pela imunidade tributária, prevista no artigo 7º, inciso XIII, do RICMS/00. A Editora apresentou defesa em 20 de setembro de 2009. Em 2 de fevereiro de 2010 foi proferida decisão julgando procedente o Auto de Infração, razão pela qual foi interposto Recurso Ordinário em 1º de março de 2010. No julgamento de 23 de junho de 2010, o Presidente da 10ª Câmara entendeu que deve ser anulada a decisão recorrida, e todos os atos subsequentes em busca da verificação material e antes da prolação de nova decisão o agente fiscal deve se manifestar sobre as colocações do Relator. Em 19 de novembro de 2010 foi publicada decisão mantendo o Auto de Infração. Em 15 de dezembro de 2010 foi interposto Recurso Ordinário. O recurso foi julgado improcedente em 17 de abril de 2012. Em 18 de maio foi instruído recurso especial e pedido de retificação da decisão, entretanto, em 22 de junho de 2012 foi proferida decisão dando desprovemento ao recurso, impossibilitando qualquer outro recurso administrativo. Em 11 de setembro de 2012 foi ajuizada Ação Judicial (Processo nº 15820/2012), garantida por depósito judicial de R\$ 4.369, a fim de anular o auto de infração.

**Ações cíveis**

Ação Indenizatória nº 583.00.2009.200807-0, em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 25 de setembro de 2009, Livraria Cultura S.A. e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e o Varejo com o objeto de discutir acerca de suposto plágio de projeto arquitetônico, reprodução desautorizada de conjunto-imagem e eventual concorrência parasitária. Apresentada defesa em fevereiro de 2010.

Realizada a Audiência de Instrução e Julgamento em 10 de outubro de 2012. Em 1º de fevereiro de 2013, foi proferida sentença favorável a Editora e ao Varejo, julgando improcedente a ação. Caso revertida a decisão de improcedência da ação no Tribunal de Justiça de São Paulo, o montante estimado para a saída de recursos para a liquidação de obrigações é de R\$ 1.200.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

Na AGO/AGE de 25 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital para R\$ 229.901, com utilização de reserva de lucro estatutária no montante de R\$ 26.248.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Editora, no montante de R\$ 229.901 (R\$ 203.653 em 31 de dezembro de 2011), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O estatuto social da Editora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA. A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

**b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97**

Em reunião do Conselho de Administração em 17 de agosto de 2011, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de 150.000 ações preferenciais escriturais de emissão da Editora para permanência em tesouraria. Durante o exercício de 2011, foram adquiridas 150.000 ações a um custo médio de R\$ 24,29 por ação. Em 5 de outubro de 2011, foi encerrado o Programa de Recompra de Ações iniciado em 18 de agosto de 2011.

Durante o exercício de 2011, foram alienadas 87.300 ações, que estavam em tesouraria, aos beneficiários do 4º Plano de Opção de Compra de Ações, pelo valor total de R\$ 2.895, sendo R\$ 685 equivalentes ao custo médio de aquisição e R\$ 2.210 equivalentes à mais-valia dessas ações registradas em "Reservas de lucros".

A Editora mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria (313.250 em 31 de dezembro de 2011), representadas por R\$ 4.923 (R\$ 4.923 em 31 de dezembro de 2011), com valor de mercado de R\$ 8.129 (R\$ 25,95 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2012).

	31/12/12	31/12/11
Saldos no início do exercício	313.250	250.550
Aquisições	-	150.000
Alienação 4º plano	-	(87.300)
Saldos no fim do exercício	313.250	313.250

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2012, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 25.985 (R\$ 0,91875 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. O pagamento aos acionistas será realizado a partir de 30 de abril de 2013.

Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	77.010	64.920
Reserva legal	(3.851)	(3.246)
Lucro líquido ajustado	73.159	61.674
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	18.290	15.419
Dividendo mínimo obrigatório por ação	0,64668	0,54515

O dividendo proposto tem a seguinte composição:

	31/12/12	31/12/11
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	16.119	13.532
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	2.171	1.887
	18.290	15.419

	31/12/12	31/12/11
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	6.782	8.267
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	913	1.153
	7.695	9.420

Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto

Total por ação - R\$

Os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.420 mantidos como dividendos adicionais propostos no exercício de 2011, foram pagos durante o exercício de 2012.

**d) Reserva legal**

Em 31 de dezembro de 2012, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.851 (R\$ 3.246 em 31 de dezembro de 2011) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

**e) Plano de opção de compra de ações da Editora**

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 24 de novembro de 2011 foi aprovado o 6º Plano de Opção de Compra de Ações.

Os Planos aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e funcionários e as opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações a ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para as opções de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e plano	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/11	No exercício findo em 31/12/12		
2007 - 3º Plano	1.330	-	1.330	-
2008 - 4º Plano	1.479	-	1.479	-
2009 - 5º Plano	1.384	124	1.508	-
2011 - 6º Plano	31	305	336	361
	4.224	429	4.653	361

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	3º Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano
Total de opções de compra de ações outorgadas	123.800	124.600	125.000	125.000
(-) Exercício de opções de compra de ações	(115.200)	(87.300)	-	-
(-) Opções não exercíveis	(2.200)	(2.100)	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas	(6.400)	(35.200)	(125.000)	-
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	125.000

No período entre 8 de março e 10 de maio de 2012, as opções equivalentes a 125.000 ações do 5º Plano não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	4º Plano	5º Plano	6º Plano
Data da outorga	28/02/2008	30/11/2009	24/11/2011
Início do prazo de exercício das opções	8/03/2011	8/03/2012	10/03/2014
Término do prazo de exercício das opções	7/05/2011	10/05/2012	30/05/2014
Taxa de juro livre de risco	12,45%	12,20%	10,26%
Número de administradores e funcionários elegíveis	22	27	28
Preço fixado - R\$	30,00	27,00	25,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	-	-	125.000
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	12,61	12,06	5,58
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2012 - R\$	-	-	25,47

**f) Ajustes de avaliação patrimonial**

O saldo de R\$ 11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$ 5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" da Editora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

**g) Constituição de reserva estatutária**

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2012, após a destinação para a reserva legal, no montante de R\$ 3.851, e da proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante de R\$ 25.985, foi destinado o montante de R\$ 47.174 para reserva estatutária, conforme disposição estatutária.

**h) Participação não controladora**

	31/12/12	31/12/11
Saldos no início do exercício	52	51
Participação no resultado do exercício	5	1
Saldos no fim do exercício	57	52

**20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	524.490	547.416	2.109.772	2.066.861
(-) Impostos incidentes	(69)	(102)	(95.375)	(91.563)
(-) Devoluções	(54.103)	(45.937)	(90.677)	(83.503)
(-) Receita de venda de produtos no estoque do Varejo	-	-	(2.061)	(3.743)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	1.926	915
	470.318	501.377	1.923.585	1.888.967

**21. DESPESAS POR NATUREZA**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Gastos gerais	(86.799)	(101.396)	(86.799)	(101.396)
Materia-prima	(41.178)	(52.910)	(41.178)	(52.910)
Mercadorias	-	-	(930.137)	(910.102)
Serviços	-	(48)	(5.388)	(5.368)
Pessoal e encargos	(108.857)	(96.407)	(266.185)	(231.868)
Honorários dos administradores	(6.498)	(6.168)	(12.263)	(11.571)
Participação dos administradores	(6.062)	(4.620)	(6.062)	(4.620)
Direitos autorais	(46.007)	(50.496)	(46.143)	(50.676)
Propaganda e publicidade	(16.500)	(16.662)	(26.899)	(38.001)
Aluguel	(7.725)	(6.255)	(58.846)	(52.571)
Condomínio e fundos de promoção	(975)	(946)	(27.704)	(24.096)
Frete e embalagens	(11.084)	(12.025)	(62.751)	(66.852)
Serviços de informática	(9.595)	(6.958)	(18.256)	(16.377)
Viagens e estadias	(4.967)	(4.666)	(6.792)	(6.476)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(8.635)	(9.798)	(8.635)	(9.798)
Cartão de crédito, boleto e cobrança	(334)	(342)	(22.748)	(21.925)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(2.225)	(1.509)	(4.908)	(2.351)
Outras	(31.640)	(34.035)	(115.571)	(115.382)
	(389.081)	(405.241)	(1.747.265)	(1.722.340)
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(148.122)	(170.176)	(1.083.686)	(1.085.598)
Despesas com vendas	(166.411)	(166.050)	(504.287)	(493.301)
Despesas gerais e administrativas	(74.548)	(69.015)	(159.292)	(143.441)
	(389.081)	(405.241)	(1.747.265)	(1.722.340)

**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Perda na venda de ativo permanente	-	-	(339)	-
Sinistro com mercadorias	-	-	(269)	(567)
Provisão para contingências	-	-	-	(1.977)
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(130)	(17)	(930)	(347)
Baixa de direitos autorais	-	(321)	-	(321)
Cartão "private label"	-	-	(614)	(563)
Baixa de impostos a recuperar	(53)	-	(278)	-
Baixa de estoque obsoleto	-	-	-	(185)
Baixa de créditos considerados irrecuperáveis com fornecedores	-	-	-	(375)
Outras provisões operacionais	(242)	-	(242)	-
Outras despesas operacionais	-	(205)	(34)	(699)
	(425)	(543)	(2.706)	(5.034)

**23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita na venda de ativo permanente	208	87	208	3.531
Royalties sobre operações com franquia	-	-	-	245
Cartão presente e outros adiantamentos não resgatados por clientes do Varejo	-	-	5.100	2.983
Indenizações por sinistros com mercadorias	3	2	524	775
Vendas de saldos - mercadorias obsoletas	369	168	596	359
Despesas recuperadas	-	-	232	-
Levantamento de depósitos judiciais	-	669	-	669
Créditos de clientes não reclamados	-	94	-	94
Constituição de créditos - PIS/COFINS	-	-	-	555
Recuperação de impostos	1.326	-	1.326	-
Reversão de provisões operacionais	509	-	588	1.292
Outras receitas operacionais	61	97	358	457
	2.476	1.117	8.932	10.960

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Editora - BR GAAP	
--	-------------------	--

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

a) Gestão do risco de capital  
Os objetivos da Editora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. As estruturas de capital da Editora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19). Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e financiamentos	94.025	129.617	374.993	375.736
Antecipação de recebíveis	-	-	-	1.855
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(54.606)	(84.624)	(87.035)	(101.609)
Dívida líquida	39.419	44.993	287.958	275.982
Patrimônio líquido	515.884	466.155	515.941	466.207
Total	555.303	511.148	803.899	742.189
Índice de dívida líquida	7,10%	8,80%	35,82%	37,18%

Periodicamente, a Administração da Editora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa			54.606	84.624
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes			114.029	97.414
Partes relacionadas - contrato de mútuo			19.693	52.310
Outras contas a receber			3.852	3.497
			192.180	237.845
Passivos financeiros				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos			94.025	129.617
Fornecedores			49.499	58.545
Outras contas a pagar			35.851	38.071
			179.375	226.233
			387.461	382.784

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa

Empréstimos e recebíveis

Contas a receber de clientes

Partes relacionadas - contrato de mútuo

Outras contas a receber

Passivos financeiros

Passivos pelo custo amortizado

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Outras contas a pagar

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa

Empréstimos e recebíveis

Contas a receber de clientes

Outras contas a receber

Passivos financeiros

Passivos pelo custo amortizado

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Outras contas a pagar

A Administração da Editora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI e TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Riscos financeiros

As atividades da Editora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda. A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Editora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora e do Varejo.

e) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentadas no quadro abaixo:

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Risco		
Baixa do CDI	74.718	
Alta do CDI	(36.917)	
Alta do CDI	(161.532)	
Alta do CDI	(43.337)	
	(167.068)	

f) Análise de sensibilidade complementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08  
A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Editora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Editora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais da Companhia estão demonstrados na ocorrência dos cenários abaixo:

Operação	Risco	Valor		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Editora	Baixa do CDI	55.656	55.415	55.174
Varejo	Baixa do CDI	20.978	20.888	20.797
		76.634	76.303	75.971
Empréstimos com capital de giro sujeitos à variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(224.428)	(227.332)	(230.276)
Arrendamentos financeiros sujeitos à variação do CDI - Editora	Alta do CDI	(724)	(738)	(752)
Varejo	Alta do CDI	(3.033)	(3.089)	(3.201)
		(3.757)	(3.827)	(3.953)
Fornecedores sujeitos à variação do CDI - Editora	Alta do CDI	(44.102)	(44.293)	(44.484)
Resultado líquido		(195.653)	(199.149)	(202.742)

Risco de taxa de juros  
Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

g) Gestão do risco de taxa de câmbio

As receitas da Editora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opção de compra de dólar norte-americano ("Non-deliverable Forward - NDF"), utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora, entretanto, não designado como "hedge".

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano. Em 2010 e 2011 foram realizadas operações com o Banco do Brasil relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano, sem entrega física, conforme segue:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda) registrado (R\$ mil)	
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/12	31/12/11
02/09/2010	18/01/2011	1,7906	1,6818	1.300	-	20
17/05/2011	27/06/2011	1,6545	1,5988	300	-	(18)
04/10/2011	31/10/2011	1,9040	1,6986	1.430	-	(294)
04/10/2011	30/11/2011	1,9180	1,8486	480	-	(33)
				3.510	-	(325)

Em 31 de dezembro de 2012, não havia operações em aberto, tendo sido a última operação liquidada em 30 de novembro de 2011. O Varejo captou empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros com o Banco Itaú BBA e Banco Santander, para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxa prefixada.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de "swap" firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, a operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros prefixada ou sujeita à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição à moeda estrangeira

	R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e financiamentos	49.954	59.692
Swap	(49.954)	(59.692)
Exposição líquida	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos contratos de "swap" em aberto é como segue:

Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Banco		Varejo		Valor justo
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Itaú	22/04/2013	35.000	US\$	4,35% a.a.	CDI	104,50%		(10.010)
Santander	08/04/2014	12.000	US\$	3,85% a.a.	PRÉ	15,09% a.a.		(2.458)
		47.000						(12.468)

Em relação ao contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Itaú BBA, o Varejo está exposto, única e exclusivamente, à variação do CDI. Não há riscos por variação nas taxas de câmbio a serem medidos pela análise de sensibilidade. Quanto ao empréstimo com o Banco Santander não há nenhuma exposição, uma vez que, os encargos foram fixados à taxa pré.

Considerando que em 31 de dezembro de 2012 a exposição à moeda estrangeira estava 100% protegida, qualquer volatilidade no câmbio não incorreria em nenhum efeito de variação cambial no resultado do Varejo.

h) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	54.606	84.624	87.035	101.609
Contas a receber de clientes	114.029	97.414	369.725	375.137
Partes relacionadas - contrato de mútuo	19.693	52.310	-	-
Outras contas a receber	3.852	3.497	3.852	3.497
	192.180	237.845	460.612	480.243

A Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3.110 e R\$ 5.346 no consolidado (R\$ 2.496 na Editora e R\$ 3.596 no consolidado em 31 de dezembro de 2011), para cobrir os riscos de crédito.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Editora - BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	49.499	-	-	49.499
Empréstimos e financiamentos	29.901	30.277	33.847	94.025
Outras contas a pagar	35.851	-	-	35.851
	115.251	30.277	33.847	179.375

Operação	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	299.114	-	-	299.114
Empréstimos e financiamentos	148.307	93.388	133.298	374.993
Outras contas a pagar	46.850	-	-	46.850
	494.271	93.388	133.298	720.957

j) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

k) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Empréstimos:		
Utilizado	206.503	134.476
Não utilizado	203.497	265.523
Financiamentos:		
Utilizado	297.637	205.527
Não utilizado	1.820	93.930
	499.850	499.456

l) Garantias concedidas  
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo  
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	15.000	-
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	2.725	-
	17.725	-

(\*) As cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$ 122.

m) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	54.606	84.624	87.035	101.609
Valor justo - operação "swap"	-	-	12.468	12.468
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	114.029	97.414	369.725	375.137
Partes relacionadas - contrato de mútuo	19.693	52.310	-	-
Outras contas a receber	3.852	3.497	3.852	3.497
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	94.025	129.617	387.461	392.377
Fornecedores	49.499	58.545	299.114	299.114
Outras contas a pagar	35.851	38.071	46.850	46.850

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas - Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) - O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foi calculado com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratuais, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Editora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Editora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:  
Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;  
Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e  
Nível 3 - premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).  
Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Editora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012:

	Editora - BR GAAP			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	726	53.880	-	54.606
	726	53.880	-	54.606

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Origem das receitas para os segmentos

	Consolidado - IFRS E BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Editora:		
Vendas para o mercado	326.411	292.489
Vendas para o governo	143.907	208.888
Minha Biblioteca	77	-
	<u>470.395</u>	<u>501.377</u>
Varejo:		
Lojas físicas	1.014.663	924.488
Comércio eletrônico	494.053	517.333
	<u>1.508.716</u>	<u>1.441.821</u>
Total	1.979.111	1.943.198
Eliminações	(55.526)	(54.231)
	<u>1.923.585</u>	<u>1.888.967</u>

**29. COBERTURA DE SEGUROS**

A Editora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro, são assim demonstradas:

	31/12/12	31/12/11
Lucros cessantes	45.000	45.000
Incêndio - importância máxima	55.000	54.535
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

 Jorge Eduardo Saraiva  
**Presidente**

 Jorge Saraiva Neto  
**Vice Presidente**  
 Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves  
**Membro**

 Eduardo Valente de Castro  
**Membro Independente**  
 Marcel Sapir  
**Membro Independente**
**DIRETORIA**

 José Luiz Machado Alvim de Próspero  
**Diretor-Presidente**

 João Luís Ramos Hopp  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
 Sônia Regina Alves dos Santos  
**Diretora de Recursos Humanos**  
 Nilson Lepera  
**Diretor de Vendas**

 José Arnaldo Favaretto  
**Diretor de Sistemas de Ensino**  
 Marcílio D'Amico Pousada  
**Diretor**

Davi Hernandes Garcia – Contador – CRC 1SP146453/O-4

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros e Diretores da

**Saraiva S.A. Livreiros Editores**  
 São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A. Livreiros Editores ("Editora"), identificadas como Editora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Editora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Editora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Editora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saraiva S.A. Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Saraiva S.A. Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo

com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Saraiva S.A. Livreiros Editores essas práticas diferem da IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos**
**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Editora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Demonstrações contábeis do ano anterior**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A. Livreiros Editores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 16 de março de 2012 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2012, examinamos também a reclassificação descrita na Nota Explicativa 3 (p) que foi efetuada para alterar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2011. Em nossa opinião, tal reclassificação é apropriada e foi corretamente efetuada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Editora referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2011 tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de março de 2013


 KPMG Auditores Independentes  
 CRC 2SP014428/O-6

 Wagner Petelin  
 Contador CRC 1SP142133/O-7

[www.editorasaraiva.com.br](http://www.editorasaraiva.com.br)